

CONJUNTO HABITACIONAL FUNCIONÁRIOS: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

GUIMARÃES, Érika Neves*
PEREIRA, Anete Marília**

Resumo: O presente artigo tem como temática central o conjunto habitacional Funcionários construído na década de 1970, na cidade de Montes Claros. A partir da análise urbanística e arquitetônica desse conjunto habitacional pretende-se contribuir para a análise dos processos sociais que ocorrem na escala intra-urbana e que contribuem para que a cidade tenha determinada configuração espacial. No caso em questão, verificou-se que o Funcionários passou por significativas alterações, perdendo, ao longo do tempo, as suas características de conjunto habitacional e se inserindo completamente na malha urbana.

Palavras-chave: urbanização; conjunto habitacional; cidade.

Introdução

Esse artigo apresenta um estudo de caso sobre o conjunto habitacional Funcionários, atualmente conhecido como bairro Funcionários, localizado na zona sudoeste da cidade de Montes Claros. Este conjunto foi escolhido como objeto de estudo por ser antigo, construído há mais de trinta anos e por estar completamente inserido na malha urbana, não se identificando mais a estrutura de conjunto habitacional seriado.

Através do urbanismo, o bairro foi analisado como uma parte integrante da cidade e, através da arquitetura identificou-se as alterações ocorridas nas residências. A metodologia empregada baseou-se no levantamento bibliográfico, pesquisa em órgãos públicos, observação direta e realização de entrevistas com os moradores com

* Arquiteta e mestranda em Desenvolvimento Social - Unimontes.

** Prof^a. Do Departamento de Geociências da Unimontes e Doutoranda em Geografia - UFU.

o objetivo de conhecer o ponto de vista dos habitantes do bairro. Nessa fase, foram aplicados questionários representando uma amostra de vinte por cento da população residente. Os dados e informações coletados foram analisados no propósito de contribuir para a compreensão dos processos sociais na escala intra-urbana.

O processo de urbanização e a questão habitacional

O processo de urbanização mundial tem se caracterizado pela rapidez e intensidade. Em menos de meio século, a sociedade se tornou essencialmente urbana. Também o Brasil, após a década de 1960, acompanhou a tendência mundial de crescimento acelerado da população urbana, nesse caso, fruto dos fluxos migratórios de famílias que deixaram o campo com destino às cidades em busca de melhores condições de vida. De acordo com Maricato (2001)

o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. (...) Trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como de suas necessidades de trabalho, abastecimento, transportes, saúde, energia, água etc. (MARICATO, 2001: 16)

A cidade brasileira tornou-se o local onde se concentram, ao mesmo tempo, o maior número de possibilidades de trabalho e as maiores carências em relação à habitação. As construções habitacionais, até o início do século XX, ficavam sob a responsabilidade da iniciativa privada. As moradias populares eram construídas pelos próprios moradores ou fornecidas por empresários como um meio de manter o operariado próximo às fábricas. Com a urbanização e o agravamento da crise habitacional, o governo passou a interferir no processo.

Uma das primeiras iniciativas foi a criação da Fundação da Casa Popular em 1946, que acabou sendo inviabilizada pela política de cunho populista adotada na época. Mas foi com o “Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) criados pelo regime militar a partir de 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção” (MARICATO, 2001: 20).

No setor econômico, o SFH era composto pelo BNH, pelos bancos privados e Caixas Econômicas, enquanto que no setor administrativo havia as Companhias Estaduais de Construções Habitacionais – COHABs e os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOPs, responsáveis pela construção de conjuntos

habitacionais. Os mecanismos utilizados para capitalizar recursos foram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE.

No início do século XX, a habitação seriada e industrial surgiu como alternativa para uma das reivindicações dos operários, a moradia, já que, construir em pouco tempo e a baixo custo era incompatível com a construção tradicional. Assim, os conjuntos habitacionais surgiram da necessidade de se construir em pouco tempo um número grande de residências.

No Brasil, a construção de conjuntos habitacionais teve início na década de 1960, nas grandes cidades brasileiras, onde a demanda habitacional era maior. Os projetos eram concebidos para residências unifamiliares horizontais, residências multifamiliares horizontais (casas geminadas) e residências multifamiliares verticais (prédios de apartamentos).

A pressão exercida pelos interesses econômicos e políticos levou à construção maciça de conjuntos habitacionais extensos e monótonos, sem nenhum compromisso de ordem humana ou criativa. Além do impacto urbano causado por tipologias inadequadas ao entorno, foram detectados problemas de pós-ocupação. Muitas pessoas diferentes eram obrigadas a habitar um espaço residencial absolutamente igual. Isto levou a alteração do projeto original pelos moradores sem que houvesse nenhum tipo de planejamento.

Tal universo padronizado e hierarquizado, imposto pela forma urbana do conjunto, contém, portanto, a diversidade, expressa principalmente pela vida de seus moradores. O que quero dizer é que o seu conteúdo é fruto de um processo que se faz pelos moradores, rompendo as determinações contidas no projeto e imposto pela lógica segundo a qual foi concebido, ou seja, a lógica estadista que impõe um espaço homogeneizado, ao qual a vida dos moradores deveria se submeter. (MARTINS, 1999: 169).

Esta forma de conceber as moradias leva ao aparecimento de contradições entre o espaço concebido prescrito pelo estado e o espaço vivido pelos moradores. Isto revela que a luta pela vida no interior dos conjuntos continua com suas dificuldades e dilemas, mesmo que o sonho da casa própria tenha se realizado.

No caso específico de Montes Claros, em consequência do acelerado crescimento urbano, a partir da década de 1970, diversas políticas e programas de governo passaram a ter como linha de ação a busca de soluções para os problemas gerados pela urbanização que se apresentava em dimensões até então desconhecidas pelo poder público. Uma das primeiras iniciativas foram investimentos em conjuntos habitacionais, como forma de atenuar as pressões sociais e a demanda por habitação, como ocorreu com a construção do conjunto habitacional Funcionários, objeto desse estudo.

A cidade de Montes Claros: breves considerações

Montes Claros é uma cidade de grande destaque e importância econômica no cenário regional e tem uma formação social semelhante à de muitas outras cidades brasileiras. Sua origem está ligada ao processo de expansão da agropecuária pelo sertão do São Francisco. O núcleo original se expandiu com a evolução do comércio, a abertura de estradas, a chegada da ferrovia e, mais recentemente, com a indústria. Exercendo forte atração regional, a cidade recebeu um grande contingente populacional em curto espaço de tempo, como mostra a tabela 1.

TABELA 1

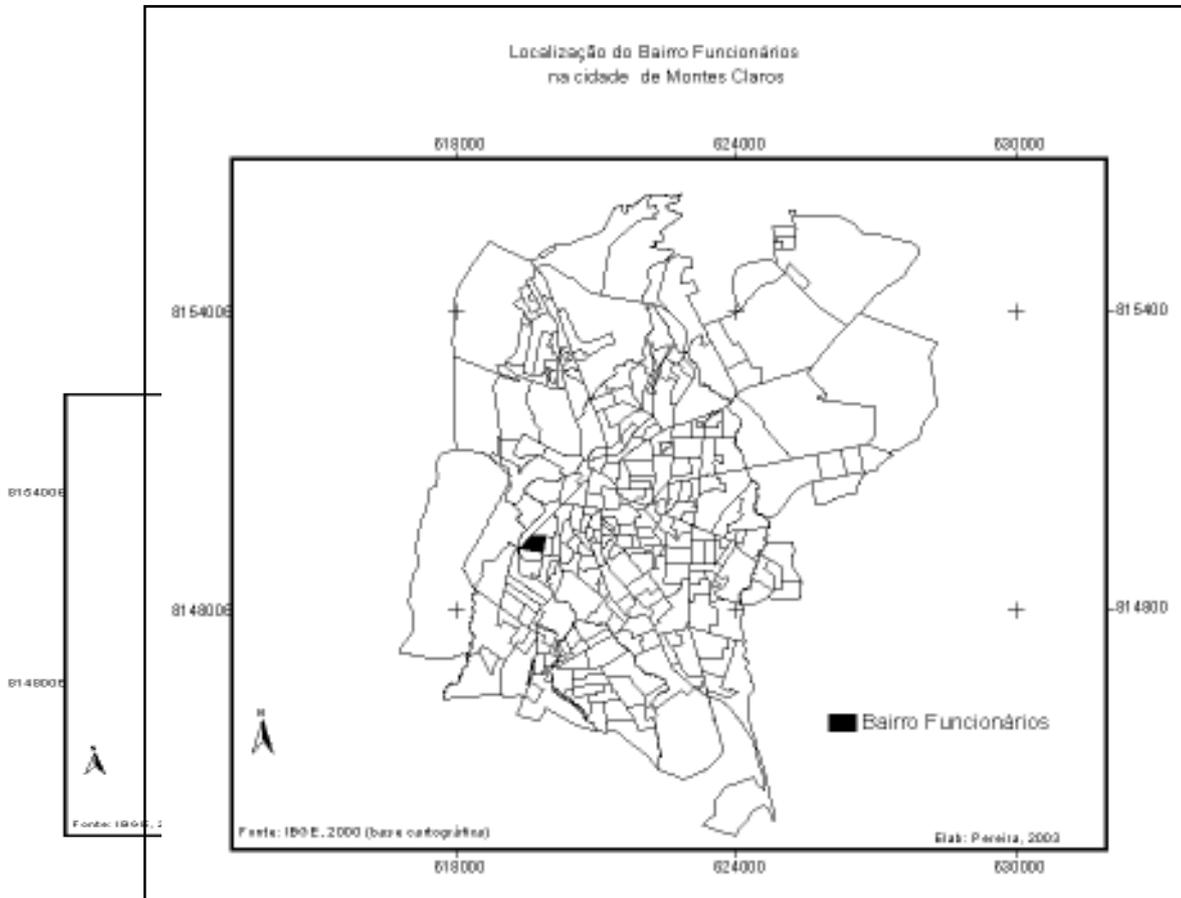
Montes Claros - evolução da população 1960 – 2000.

ANO	URBANA	PERCENTUAL	RURAL	PERCENTUAL	TOTAL
1960	43.097	42 %	59.020	58%	102.117
1970	85.154	73%	31.332	27%	116.486
1980	155.483	87%	22.075	13%	177.558
1990	250.573	89%	30.969	11%	281.542
2000	289.183	94%	17.764	6%	306.947

Fonte: IBGE. Censos Demográficos: 1960 a 2000.

Os dados apresentados mostram o rápido processo de urbanização de Montes Claros que, infelizmente, não foi acompanhado de um planejamento eficiente, o que resultou num crescimento urbano espontâneo, predominantemente horizontalizado. Em decorrência, a cidade apresenta uma área urbana de aproximadamente 97 km², com alguns trechos de maior adensamento e outros caracterizados como vazios urbanos.

É importante ressaltar que também em Montes Claros, a questão habitacional representou um grande problema após a década de 1970, quando ocorreu com mais intensidade o processo de urbanização. A maioria dos migrantes não possuía condições de adquirir a casa própria, o que exigiu do poder público medidas para solucionar o problema. Uma das alternativas encontradas foi a construção dos conjuntos habitacionais, como já vinha ocorrendo em outras cidades brasileiras. Um desses conjuntos é o Funcionários, hoje denominado Bairro Funcionários, localizado na porção sudoeste de Montes Claros, conforme destacado no MAPA 1.



MAPA 1 - Localização do Bairro Funcionários na cidade de Montes Claros.
Fonte: PEREIRA, 2003. IBGE, 2000 (base cartográfica).

O conjunto habitacional funcionários no contexto urbano

O conjunto habitacional Funcionários, construído em 1970, fazia parte do loteamento do bairro Cândida Câmara, de propriedade de Abelardo Câmara. Através da Associação dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais – ASPENG e com a orientação do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP, foram construídas inicialmente setenta residências destinadas aos servidores públicos. Entretanto, o programa, também foi aberto às pessoas que não eram funcionários públicos. As residências foram construídas em etapas, sendo que restaram alguns lotes vagos dentro do conjunto habitacional. Houve muita procura, já que as casas eram financiadas pelo BNH em até vinte cinco anos. As residências foram contempladas por sorteio, devido ao número elevado de interessados.

O presidente do INOCOOP na época, Aloísio Ferreira Pinto, organizou a cooperativa e o sorteio das casas. A construtora designada para a construção do conjunto foi a Andrade Valadares que contratou o Arquiteto Geraldo Alcântara como o responsável técnico pela obra. Os projetos das residências consistiam em três tipos que variavam apenas na área, sendo que todos apresentavam o mesmo programa, mudando apenas o tamanho dos cômodos.

A maior parte das residências era de aproximadamente setenta metros quadrados, divididos em seis cômodos: uma sala, uma cozinha, três quartos e banheiro. As casas não apresentavam área de serviço ou dependência de empregada, possuíam apenas um tanque na parte externa. As residências não tinham garagem ou muro frontal, tinham apenas uma mureta na frente e muros laterais.

Algumas casas conservaram as características originais. Estas moradias apresentavam telhado de duas águas com telha francesa, esquadrias de metal e um acabamento de tijolo aparente na fachada, algumas com cordão de massa em volta da janela da frente. As portas internas e externas eram de madeira e os pisos das salas e dos quartos eram de taco. Os pisos da cozinha e do banheiro eram de lajota cerâmica com azulejo até na metade da parede.

O sistema construtivo utilizado foi o convencional, não sendo empregado nenhum sistema industrializado seriado devido ao pequeno número de moradias iniciais. As fundações eram diretas com alicerce corrido feito com pedras de mão. A alvenaria era de meio tijolo furado com cinta de concreto no final da parede para receber a laje pré-moldada. As casas não apresentavam pilares de concreto armado.

Em 1970, foram construídas as primeiras setenta moradias, sendo que posteriormente, outras residências foram acrescentadas compondo o que é hoje o bairro Funcionários. O loteamento inicial apresentava lotes de trezentos metros quadrados com dez metros de frente e trinta metros de profundidade. Na época era usual implantar loteamentos sem infra-estrutura ou áreas para praças ou equipamentos institucionais. Hoje, a prefeitura obriga os donos de novos loteamentos a deixarem vinte por cento da área da gleba para praças e instituições.

No começo, as ruas não apresentavam pavimentação, eram de cascalho. Apesar de não faltar água e ter um abastecimento contínuo, as pessoas tinham como o hábito furar cisternas em seus quintais, pois a água era pura e límpida. As ruas não apresentavam arborização, o que foi acrescentado posteriormente.

O Bairro Funcionários hoje é composto pelas ruas Aimorés, João Rebello, Anhanguera, Tupinambás, Ary Colen, Guido Drumond, Sete de Setembro, Raul Corrêa e rua Cristóvão Colombo, somando um total de 266 residências. A parte sudoeste do bairro é drenada pelo rio Vargem Grande afluente do rio Vieira. Ele nunca transbordou a

ponto de comprometer as casas do bairro, sendo que recentemente foi canalizado com a construção da avenida Vicente Guimarães.

O bairro é servido regularmente por linhas de ônibus que fazem a ligação do Funcionários com outras regiões da cidade. A principal via de acesso do centro ao bairro é a avenida Mestra Fininha que já existia na época da construção do conjunto. A rua Raul Corrêa não pertencia ao conjunto, pois ligava a avenida Mestra Fininha ao bairro Major Prates. Entretanto, se tornou a única via de comércio do bairro que, junto com a rua Sete de Setembro são as principais vias de penetração do bairro.

Pode-se perceber na rua Raul Corrêa uma orientação intensa para o comércio. Funcionam vários tipos de lojas nesta rua, o que torna a vida dos moradores do bairro mais cômoda. Dentre os comércios estabelecidos pode-se encontrar: supermercado, agência de publicidade, sacolão, açougue, armarinho, locadora de vídeo, salão de beleza, bares, padarias e confeitarias. Esta variedade caracteriza um comércio forte e diversificado. A proximidade do bairro ao Shopping Center de Montes Claros tornou-se um motivo de valorização do mesmo.

O bairro apresenta arborização, com ruas de declividade menos acentuadas localizadas entre a rua Raul Corrêa e a rua Sete de Setembro e as ruas de maior declividade se encontram na encosta do córrego Vargem Grande entre a rua Sete de Setembro e a rua Cristóvão Colombo. Atualmente, as ruas do bairro se encontram completamente pavimentadas.

Na maioria das casas, as alterações são freqüentes, mas pode-se identificar em certas residências um padrão próprio das moradias originais. Os telhados de duas águas e os ângulos retos são típicos do módulo original. Entretanto, algumas alterações descaracterizam completamente a moradia original, não podendo ser encontrado nenhuma semelhança com as casas do antigo conjunto habitacional. Pode-se mesmo afirmar que ocorreu uma intensa modificação das características originais do conjunto habitacional Funcionários. Uma das coisas que mais caracteriza a mudança em termos visuais é a composição diferente de muros e telhados. Cada morador procurou particularizar as residências com padrões diferentes, alterando os telhados, as fachadas e os muros.

Outras mudanças que também descaracterizam completamente os módulos originais são os acréscimos de mais um pavimento às casas. O bairro apresenta residências na sua maioria de um pavimento, entretanto, algumas casas de dois pavimentos surgem em alguns pontos do bairro revelando uma tendência à verticalidade. Este fato ocorre porque os terrenos são estreitos com apenas dez metros de fachada o que leva o morador a querer aproveitar o máximo a sua ocupação.

O bairro apresenta uma construção que está completamente fora do contexto da região que é o edifício Montichiari. Este prédio possui dez pavimentos o que foge

completamente da lei de uso e ocupação de solo da região. O edifício está localizado na esquina da rua Sete de Setembro com a rua dos Aimorés. A lei de uso do solo só permite a construção de edifícios de no máximo dois pavimentos no bairro Funcionários, entretanto algumas pessoas conseguem burlar a lei e construir uma edificação que não se harmoniza com o entorno.

As construções verticalizadas, que são representadas pelos edifícios com mais de dois pavimentos, devem ser permitidas com certos cuidados e em locais específicos. Está comprovado que edifícios muito altos quando agrupados, alteram o micro-clima da região, pois bloqueiam a passagem dos ventos, aumentando o calor das áreas próximas. No caso de estarem isolados, como no edifício em questão, além de bloquear os ventos ele gera sombreamento nas casas vizinhas impedindo a entrada de luz nos cômodos. Pelo fato do bairro ser nitidamente horizontal a presença deste edifício gera um contraste acentuado com o meio-ambiente circundante.

O zoneamento urbano de Montes Claros caracteriza a região como sendo de caráter residencial enquanto que os modelos de assentamento restringem a ocupação do solo às normas preestabelecidas. Nas subdivisões dos zoneamentos existem zonas residenciais, comerciais, industriais e especiais. As zonas especiais são aquelas que delimitam usos diferenciados para o local como áreas de preservação histórica e artística, áreas de proteção ambiental, áreas para chácaras e usos institucionais como parques, praças e universidades. O bairro Funcionários se enquadra na zona residencial-1 com os modelos de assentamento ma-1, ma-2 e ma-9.

O modelo de assentamento ma-9 permite a existência do comércio local, do comércio de bairro e dos serviços locais, o que pode ser visto principalmente na rua Raul Corrêa. A área mínima permitida para os lotes é de 300 metros quadrados com frente mínima de 10 metros. A taxa máxima de ocupação que estes modelos de assentamentos admitem é de 0.6, ou seja, a construção só pode ocupar em projeção 60% do terreno.

Para o coeficiente de aproveitamento deste modelo de assentamento, o máximo permitido pela lei é 1.1, ou seja, a área máxima total permitida de construção, somado todos os pavimentos, corresponde a 1.1 multiplicado pela área do terreno. Estes modelos de assentamentos permitem a construção de barracão no fundo do terreno. O afastamento frontal mínimo é de 3 metros e os afastamentos laterais mínimos são de um metro e meio.

Transformações ocorridas no bairro funcionários

Os resultados da pesquisa são aqui analisados com o propósito de avaliar o perfil do morador e o grau de satisfação no que diz respeito à renda. Pode-se concluir pela GRÁF. 1 que o bairro apresenta vários níveis de renda familiar. Entretanto, há uma predominância da classe média que é representado pela classe de rendimentos que variam de 3 a 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos. Estes dois níveis sociais representam 81% da amostra. Não foi estipulado qual o teto de rendimentos da família, porém analisando o padrão das moradias constata-se que não se trata de classe alta.

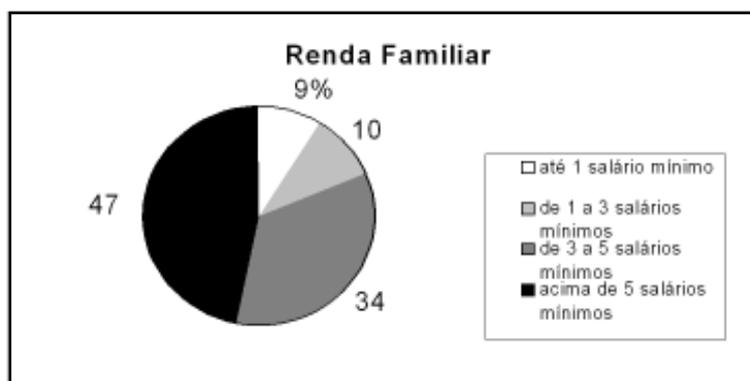


GRÁFICO 1 - Renda Familiar.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

A maior parte dos moradores entrevistados referentes à amostra mora em sua própria casa o que por conseqüência facilitou a realização de reformas e acréscimos. Apenas 8% das moradias são de casas alugadas, o que de uma certa forma contribui para se manter a residência original. As residências cedidas por terceiros foram de 5% do total, enquanto que não se observou outro tipo de ocupação residencial.

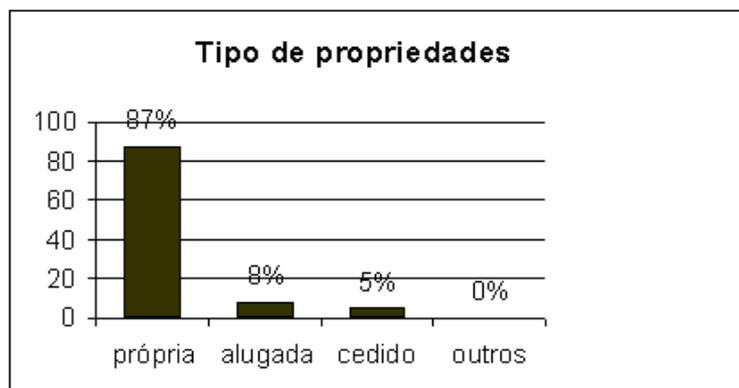


GRÁFICO 2 - Tipo de propriedades.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Os entrevistados são, na maioria, antigos no bairro, pois 66% residem no bairro Funcionários há mais de 15 anos o que propicia um maior vínculo dos moradores com o local em que habitam. Provavelmente a maior parte dos entrevistados adquiriu as residências no início do conjunto habitacional, sendo que o restante (34%) adquiriu a casa há menos de 15 anos, quando já não era financiada pelo BNH. Além disto, existe a mesma proporção de moradores com até 5 anos de moradia e dos moradores de 5 a 15 anos de residência. Como o conjunto habitacional foi construído há 32 anos, conclui-se que alguns dos moradores originais ainda residem no bairro. Nestes dados estão incluídas, também, as pessoas que vivem de aluguel ou em residências cedidas.

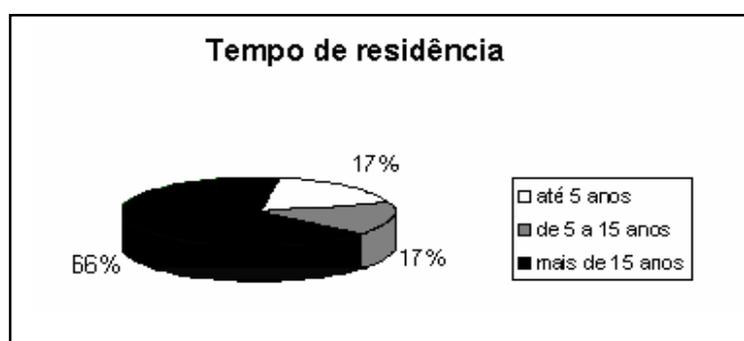


GRÁFICO 3 - Tempo de residência.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Quanto à forma como as moradias foram adquiridas, constatou-se que a maior parte dos moradores (55%) financiou sua residência. O item referente a “nenhuma alternativa” diz respeito às casas alugadas e lotes vagos que correspondem a 11% da amostra. Os proprietários novos que não fizeram parte do plano habitacional original provavelmente influenciaram para mudar o perfil do bairro que originalmente era só de funcionários públicos. Parte significativa (26%) comprou suas moradias.

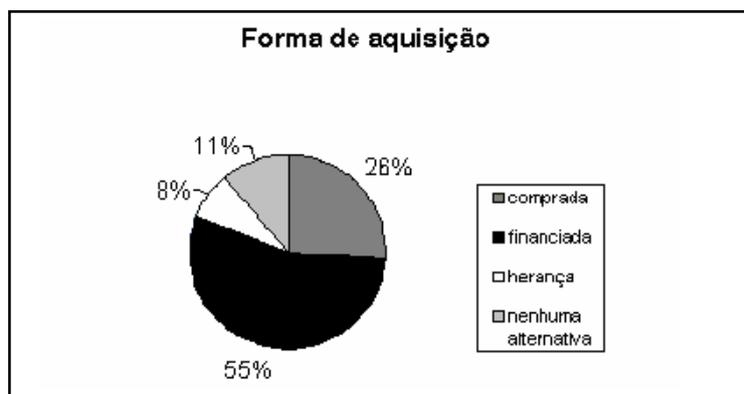


GRÁFICO 4 - Forma de aquisição.
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Quanto às modificações efetuadas nas residências, pode-se perceber que o número maior de alterações se refere ao acréscimo de muro ou grade sendo que, em segundo lugar, vem o acréscimo da garagem. Segundo dados da pesquisa, o número médio de cômodos acrescentados foi de quatro unidades por residência, sendo que houve acréscimo de no mínimo, uma unidade e no máximo, 20 unidades.

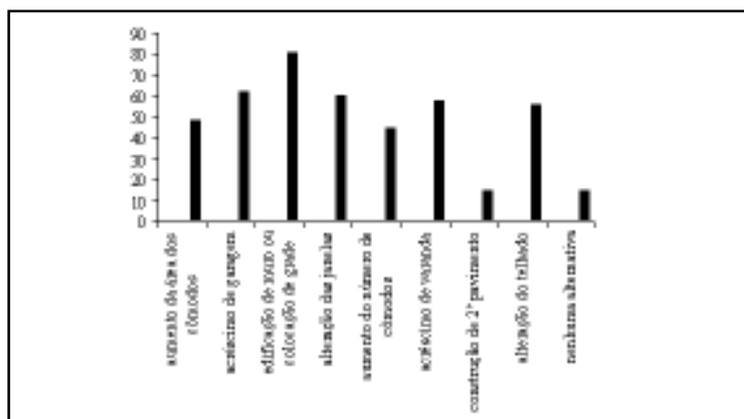


GRÁFICO 5 - Modificações realizadas na moradia
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Estes resultados refletem as alterações sociais ocorridas desde a construção do conjunto habitacional Funcionários com relação às necessidades das famílias de classe média. Adquirir um automóvel, como também, a busca de maior segurança foram mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos. Dentro do universo da pesquisa, 15% das moradias permaneceram inalteradas. A construção do segundo pavimento, também foi um item pouco assinalado, o que pode ser comprovado pela horizontalidade predominante no bairro.

Dentro do estudo qualitativo, pode-se analisar mais profundamente as questões inerentes às alterações ocorridas nas residências. Os moradores que fizeram mudanças nas casas alegaram alguns fatores responsáveis pela reforma. A resposta mais freqüente foi que a residência original era pequena e não atendia as necessidades da família de maior conforto e segurança. Alguns moradores declararam motivos estéticos ou que a residência estava velha. Poucos entrevistados responderam que necessitavam de mais sombra ou de consertar infiltrações o que gerou alterações no telhado. Em um dos casos, a moradora derrubou a moradia original, adquiriu um lote vizinho e construiu outra residência, o motivo para isto, segundo ela é que a moradia original não atendia às suas necessidades estéticas e de conforto.

Quando questionados sobre a forma como foram feitas as alterações nas construções, se utilizaram o trabalho de um profissional, engenheiro ou arquiteto, a maior parte dos moradores afirmou que as reformas foram idealizadas e construídas por pessoas leigas (encarregados de obras, desenhistas, etc). Este padrão de comportamento é comum, pois a maior parte das pessoas acha que pode construir sozinha sem nenhum tipo de orientação. O aspecto arquitetônico das casas do bairro reflete esta tendência apresentando, na maioria das vezes, um padrão simples e pouco elaborado. O item referente à “nenhuma alternativa” diz respeito aos lotes vagos e casas alugadas ou que o morador não soube responder.



GRÁFICO 6 - Reformas feitas por profissionais
Fonte: Pesquisa de campo/jan./2002.

Como parâmetro para verificação da qualidade de vida do bairro, questionou-se o padrão de serviços básicos de água, luz, esgoto e coleta de lixo. Aproximadamente 70% dos moradores acham os serviços básicos bons, enquanto que cerca de 20% considera os serviços ótimos. Esses resultados mostram a grande satisfação que os moradores entrevistados têm com o bairro. Apenas uma pequena parcela acha os serviços ruins. Pode-se perceber que dentro de cada qualificação a variação de resultados é pequena de um serviço básico para o outro, o que reflete uma opinião mais homogênea.

Foi ainda solicitado que fizessem observações sobre os serviços básicos do bairro, entretanto poucos entrevistados fizeram observações a respeito destes serviços, dentre elas podemos citar:

- Necessário maior segurança no bairro com uma ronda policial.
- A coleta de lixo é insuficiente.
- A limpeza da rua é superficial.

- O bairro apresenta problemas com a drenagem pluvial.
- É necessário o re-ligamento dos postes de luz.
- A água da cidade tem qualidade inferior.

Quanto às sugestões para a melhoria do bairro, a maioria dos moradores se diz satisfeita com o Funcionários, entretanto detecta-se uma grande preocupação com relação à segurança. Um hospital começou a ser construído no bairro e como está abandonado serve de abrigo a marginais. Os moradores reivindicam que as obras do hospital sejam concluídas e que lotes vagos sejam murados, além de pedirem maior policiamento. Outros moradores acham necessário que se abram lojas de correios, caixas eletrônicas, farmácias e orelhões, além de sugerirem uma maior arborização. Algumas melhorias solicitadas nos questionários se referem à limpeza das ruas, lotes e passeios como na melhoria da coleta de lixo. Uma moradora citou a necessidade de áreas de lazer como praças e outro morador reclamou dos insetos que vêm do rio Vargem Grande. Um morador reclamou do barulho decorrente do Bar do Barril, alegando que não deveria ser permitido estabelecimentos que perturbem a paz do ambiente. Apesar das reivindicações, nota-se uma grande satisfação dos moradores com o ambiente urbano do bairro Funcionários, muitos deles responderam que não é necessário realizar nenhuma mudança.

Considerações finais

Pela análise aqui efetuada foi possível constatar que o processo de formação do bairro Funcionários vai de encontro às políticas nacionais no setor habitacional. O conjunto habitacional segue o modelo de muitos outros conjuntos habitacionais construídos no país na década de 1970. Além de ter sido financiado pelo BNH, sua construção e implementação seguiu a orientação do INOCOOP, que é um órgão governamental. Desta forma, constata-se que o conjunto habitacional Funcionários seguiu uma linha política adotada pelo governo da época.

Correntes arquitetônicas e urbanísticas modernas que se disseminaram pelo mundo ocidental após a segunda guerra mundial apoiavam a construção seriada. Os modernistas diziam que a beleza estava na praticidade e funcionalidade e que estas construções deveriam atingir um maior número de pessoas através da repetição seriada. Entretanto, o que se nota em vários conjuntos construídos segundo este modelo no Brasil e no mundo é que os moradores, quando possível, alteram a concepção arquitetônica do projeto inicial, buscando sair da padronização para uma personalização das moradias.

No bairro Funcionários, vários moradores citaram o fator estético como causa das alterações, ou seja, a beleza é subjetiva demais para ser um produto padronizável. A

moradia pode até ser bonita esteticamente, mas não agrada a todos ao mesmo tempo. O maior erro dos construtores de grandes conjuntos habitacionais é querer que muitas pessoas habitem da mesma forma.

Outro aspecto que deve ser focado é de natureza social e psicológica. As pessoas, de modo geral, gostam de ostentar um status diferenciado para a sociedade, sendo que, uma forma de mostrar sua posição social e financeira é através dos bens de consumo como casa e carro. Morar em um conjunto habitacional, devido à forma como nivela e padroniza as pessoas, diminui o status daquele cidadão diante da sociedade, criando uma forma de segregação. Uma maneira que os moradores encontram para mudar esta situação é alterar a moradia para diferenciá-los dos vizinhos.

Era necessário que os idealizadores de conjuntos habitacionais permitissem uma maior flexibilidade nas construções dando opções de variações estéticas e funcionais. A maior parte das pessoas entrevistadas disse que a residência não atendia às necessidades da família. Além disso, as concepções de projeto se detêm apenas ao tempo em que são construídos os conjuntos, não prevendo alterações futuras.

As mudanças sociais e culturais ocorridas no país, ao longo destes anos, influenciaram as alterações realizadas pelos moradores no conjunto habitacional Funcionários. Na época da construção do conjunto, poucas pessoas possuíam carro próprio, desta forma, as casas não apresentavam garagem. Naquela época, também, Montes Claros era uma cidade tranqüila com relação à segurança, sendo assim, não havia muro na frente das residências. Assim como mudaram as cidades ao longo dos séculos, mudam as residências ao longo dos anos e estas mudanças são condicionadas por questões sociais, culturais e econômicas. As modificações nas residências do conjunto Funcionários seguiram esta tendência. A maior parte dos moradores considerou que a habitação não atendia as necessidades estéticas, de conforto e segurança. Além disso, o programa arquitetônico das residências foi feito para pessoas de classe baixa, sendo que, a maior parte dos moradores é de classe média.

Um dado a ser ressaltado com essa pesquisa é o fato da maioria dos moradores do bairro não utilizarem profissionais habilitados nas reformas e alterações das moradias. Esta tendência que é conhecida não só em Montes Claros como no resto do país, tem sido combatida pelos órgãos competentes. Em algumas cidades a fiscalização é sistemática impedindo este tipo de prática, porém não ocorreu o mesmo em Montes Claros.

Para que os conjuntos habitacionais sejam adequados à realidade dos usuários é imprescindível que se levem em conta questões culturais e sociais além dos aspectos econômicos e políticos. Isto traria uma maior economia para os moradores, pois evitaria reformas sucessivas e desperdícios. Além do mais, um planejamento antecipado evitaria mudanças aleatórias sem a orientação de um profissional.

O conjunto habitacional Funcionários se tornou um bairro valorizado e aceito devido à boa localização e às alterações sucessivas feitas pelos moradores, que permitiram inserir o conjunto habitacional dentro da malha urbana. Tendo em vista uma aparente contradição, pode-se notar que apesar de descaracterizado como conjunto habitacional, o bairro Funcionários se integrou na malha urbana, pois esta não é padronizada e racionalizada como um conjunto habitacional permitindo assim, a manifestação de variações construtivas geradas pela liberdade de intervenção do cidadão.

Résumé: Le présent article a comme thématique tronc l'ensemble habitacional Funcionários construit dans la décennie de 1970, dans la ville de Montes Claros. À partir de l'analyse urbanística et architecturale de cet ensemble habitacional il se prétend contribuer à l'analyse des processus sociaux qui se produisent dans l'échelle intra-urbana lesquels contribuent à que la ville ait certaine configuration spatiale. Dans le cas concerné, il s'est vérifié que le Funcionários a passé par de significatives modifications, en perdant, au long du temps, leurs caractéristiques d'ensemble habitacional et si en insérant complètement dans la maille urbaine.

Clef de mots: urbanisation; ensemble habitacional; ville

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. *Habitação e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A cidadania, o direito à cidade e a geografia escolar: elementos de geografia para o estudo do espaço urbano. *Revista GEOUSP*, São Paulo, n.5, 1999. pp. 41-55.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. pp. 121-144.

DAVIDOVICH, Fany R. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio *et al.* (Org). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. pp. 79-135.

DAVIS, Kingsley. A urbanização da humanidade. In: DAVIS, Kingsley *et al.* *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 13-34.

FALIVENE, Júlia Alves. *Metrópoles: cidadania e qualidade de vida*. São Paulo: Moderna, 1992.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental. In: SOUZA, Amaury de. *Qualidade da vida urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. pp. 7-101.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais. In: DAMIANI, Amélia Luiza *et al.* (Org). *O espaço no fim do século*. São Paulo: Contexto, 1999. pp. 132-171.

MENDONÇA, F. *Geografia e meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998. pp. 33-61.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. 483-520.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. *Plano de Desenvolvimento Local e Integrado*. Montes Claros: Prodax, 1976.

_____. *Plano Diretor*. Montes Claros: 1970.

_____. *Projeto cidades de porte médio: sub-projeto de Montes Claros*. Montes Claros: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1980.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SAULE JR, Nelson. O direito à cidade. São Paulo: Max Limonard, 1999, p. 97 – 123.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. pp. 21-71.

SJOBORG, Gildeon. Origem e Evolução das Cidades. In: DAVIS, Kingsley *et al.* *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. pp. 13-34.